



POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA:

dificuldades no acesso a bens e serviços sociais

Antônia Lúcia Silva de Almeida¹
Silvana Compton Barroso²
Mara de Oliveira Santos³

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa do projeto intitulado Ações Integradas de Pesquisa-Ação e Extensão Tecnológica para Inclusão Social no Meio Urbano e em Comunidades Ribeirinhas no Estado do Amazonas. O Grupo Inter-Ação vem realizando diversas atividades de pesquisa, visando à identificação da realidade socioeconômica, cultural e política das diversas formas de organização social dos grupos, associações, cooperativas, grupos de mulheres, clubes de mãe na cidade de Manaus e no interior do Estado do Amazonas. Apresenta dados da pesquisa realizada junto a empreendimentos econômicos solidários em relação ao acesso a bens e serviços sociais no Amazonas.

Palavras chave: Políticas Públicas, Amazônia, Acesso a Bens e Serviços Sociais.

ABSTRACT: This paper presents the research results of the project entitled Integrated Action Action Research and Technological Extension for Social Inclusion in Urban Environment and Riparian Communities in the State of Amazonas. The Inter-Action Group has been carrying out various research activities, in order to identify the socio-economic reality, cultural and political life of the various forms of social organization of groups, associations, cooperatives, women's groups, mother's clubs in the city of Manaus and within the State of Amazonas. Presents survey data conducted with the solidary economic enterprises in relation to access to social goods and services in the Amazon.

Keywords: Public Policy, Amazon, Access to Goods and Social Services.

¹ Assistente Social, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pesquisadora do Grupo Inter-Ação.

² Assistente Social, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pesquisadora do Grupo Inter-Ação.

³ Turismóloga, Especialista em Educação Ambiental e Gestão Ambiental, pesquisadora do Grupo Inter-Ação.

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento da Amazônia, desde o processo de colonização da região, em seus ditames prioriza a expansão das relações capitalistas de produção sem considerar as formas de organização sociocultural e econômica da população.

Dados de pesquisa na Amazônia, indicam que a sua população carece pela falta e/ou carência de acesso a bens e serviços sociais. De acordo com Chaves (2014, p.04) “as políticas públicas historicamente editadas na região são reguladas por lógicas antagônicas aos interesses e às demandas de vastos segmentos da população que vive na Amazônia”.

Vale salientar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º garante o direito a saúde, a educação, a habitação, ao trabalho, a previdência social, a assistência social, entre outros, entretanto, é fato que estes direitos não estão alcançando os mais carentes da sociedade. O Governo Federal tem implementado programas de caráter social e econômico, como Bolsa Família, que atinge milhares de família em todo país, contudo a realidade de um grande número de brasileiros é de vulnerabilidade social, apresentando uma fragilidade na execução de suas políticas públicas, pois não atende de forma efetiva as demandas socioeconômicas.

Para refletir e intervir neste contexto, o Grupo Inter-Ação, vem desenvolvendo na região ações de pesquisa e extensão no intuito de propiciar aporte teórico, através da elaboração de trabalhos acadêmico-científicos, de modo a construir, aprofundar e ampliar conhecimentos acerca da realidade da população amazônica, buscando subsidiar na formulação de políticas públicas que atendam de forma efetiva, as reais necessidades, quanto de apoiar e fortalecer os empreendimentos econômicos solidários nas comunidades, associações, grupos e cooperativas nas quais são desenvolvidas as atividades.

Neste sentido, o presente trabalho apresenta dados de pesquisa realizados junto há empreendimentos econômicos solidários, nos quais o grupo vem atuando tanto com atividades de pesquisa, quanto de extensão e inovação tecnológica visando contribuir com uma análise crítica para a temática em debate.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA DEBATE

Apesar da imensa riqueza natural que a região Amazônica detêm, sua população rural convive com o descaso por parte do Estado. A ausência de infraestrutura em vários municípios que compõe esta região evidencia a exclusão socioeconômica que permeia a vida das famílias que vivem nestes espaços.

No interior amazonense a atenção à saúde é um problema recorrente. A falta de hospitais, de profissionais, de equipamentos e de medicamentos, denuncia a situação de precariedade da saúde no interior do Estado. As ações desenvolvidas pelo Estado, habitualmente são focalizadas e seletivas, não atendendo as necessidades desta população. (SCHERER, 2009; CHAVES, 2014).

De acordo com Chaves (2013, p.04) as condições de acessibilidade a bens e serviços sociais nas comunidades⁴ do interior do Amazonas são marcadas pela precariedade e/ou ausência, numa clara negação de direitos, haja vista, que a cobertura das necessidades sociais em várias comunidades ribeirinhas “são muito restritos em seus atendimentos, deixando diversos grupos sociais tradicionais ao desfrute de práticas politíqueiras que afetam, sobremaneira, suas formas de organização sociocultural”.

Segundo esta autora, historicamente as políticas públicas direcionadas para a região não respondem as reais necessidades dos vários segmentos sociais que ocupam este território, pois “são reguladas por lógicas antagônicas aos interesses e as demandas” destes segmentos. O modo de vida, a forma de produção e de consumo, as particularidades territoriais e espaciais são condicionantes que fogem a lógica/racionalidade de acumulação do capital e, por isto, são visualizados como atraso secular. Nesse contexto, o papel do Estado frente à viabilização e condições de acesso a bens e serviços sociais ocorre de modo precarizado, uma vez que não há interesse real em efetivar políticas públicas em localidades que fogem aos ditames do capital. Entretanto a autora assinala que é possível visualizar a presença do Estado “ordenando o processo de ocupação histórica e patrocinando o confronto entre a lógica do capital e das populações tradicionais”, implicando na ampliação do grau de vulnerabilidade socioeconômico e cultural “ tanto por impor um padrão de

⁴ Segundo Chaves (2001) as comunidades na Amazônia, constituem ordenamentos territoriais nos quais se efetivam interações sociais, culturais e políticas com características próprias e diferenciadas em cada contexto comunitário, variando de uma etnia para outra em termos de relações sociais, pois cada grupo apresenta uma modalidade de gestão e de organização social que se desenvolvem de acordo com o seu processo sociohistórico e suas inter-relações com o meio externo.

exploração dos recursos diferentes dos tradicionais, quanto pela expropriação de seus territórios” (CHAVES, 2014, p.05).

Vale ressaltar que na concepção de Pereira (2009), a dificuldade de acesso a bens e serviços sociais contraria o princípio da universalidade. A referida autora assinala que em época de política neoliberal, o princípio da focalização sobrepõe-se aos ditames da universalidade, sob a alegação de que este “é o enfoque mais eficiente e racional de alocação de recursos escassos”. Estes princípios contrapõem-se não apenas no plano operacional, mas também teórico e ideológico. Por conceber a pobreza como fenômeno absoluto e não relativo, a focalização termina por naturalizar as diversas formas de exclusão social, (re) criadas pela desigual distribuição do capital socialmente produzido, acarretando assim, a restrição do papel do Estado no campo da proteção social, e a adoção de programas e serviços focalizados e facilmente controláveis, que não produzem igualdade de possibilidades a todos que demandam respostas as suas necessidades. Inversamente, estes programas caracterizam-se por serem desvinculados da noção de direito social, ou seja, são programas socialmente injustos, à medida que não combatem a desigualdade social (PEREIRA, 2009, p.122). No mais, a autora afirma que:

[...] todos esses mecanismos não são e nunca foram veículos de inclusão social, pois tem como principal objetivo excluir e manter excluídos o máximo possível de demandantes sociais para aliviar os cofres públicos de despesas em áreas consideradas economicamente improdutivas (PEREIRA, 2009, p.124)

Corroborando com Pereira (2009), Sposati (2011, p.02) expõe que um dos desafios das políticas públicas latino-americanas no século XXI, é “garantir a universalidade de direitos humanos e sociais, tornando-os alcançáveis para os estratos que permanecem vulnerabilizados em suas condições de vida, trabalho e cidadania”. As políticas públicas sociais devem atender as condições concretas de vida dos cidadãos, que engloba entre outros serviços: acesso à escola, postos de saúde, moradia, energia elétrica, rede de água, rede de esgoto, coleta de lixo, transporte.

Scherer (2004) expõe o retrato da deficiência dos serviços públicos no interior do Estado do Amazonas. Segundo esta autora:

O Estado do Amazonas é composto de 62 municípios e destes [...], poucos contam com serviços médico/sanitários eficientes em face do descaso governamental com as populações rural. A rede hospitalar, quando existe nos municípios é precária. Contar com a presença de médicos no interior amazônico é algo raro. Em vista disto, vários segmentos das populações rurais: os seringueiros, os ribeirinhos e os índios,

são obrigados a percorrer longas distâncias para serem atendidos nas sedes municipais. Em geral, viajam em pequenos barcos e canoas que demandam horas e às vezes dias (pag.57).

Corroborando com os dados apresentados por Scherer (2004) e Chaves (2014) constataram que em determinadas comunidades ribeirinhas, os programas e serviços de saúde é bastante precário. Além do número reduzido de postos de saúde para atender a população nos municípios, normalmente os postos são gerenciados por agentes de saúde que apesar de terem realizado algum treinamento não possuem além do Ensino Médio Completo, quando a enfermidade exige o diagnóstico de um médico, na maioria das vezes, precisam locomover-se para outras localidades. Considerando que grande parte dos municípios do Estado, o principal meio de locomoção para outras localidades ocorre via fluvial, pode-se inferir, que esta se apresenta como uma questão de forte relevância, necessitando urgentemente de uma intervenção por parte do Estado de modo a assegurar melhores condições de vida a esta população.

Ressalta-se, que a saúde está inscrita no campo da seguridade social, juntamente com a previdência e a assistência social. Assegurado pela Constituição Federal de 1988, este direito tem como um de seus principais princípios a universalidade na cobertura e no atendimento a toda a população. Entretanto o acesso a estes direito no meio rural da Amazônia ainda é uma realidade muito restrita.

Sendo assim, a desigualdade é um fator que atravessa a realidade da população amazonense, principalmente a desigualdade de renda. De acordo com os indicadores sociais 68% da renda produzida ficam nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 1,6% da renda produzida. Assim, caminha lado a lado, riqueza e pobreza, luxo e miséria, exploradores e explorados. Desta forma, o crescimento econômico na região, concentra seus benefícios a uma minoria social, deixando grande parte da população excluídos da riqueza socialmente produzida.

2. GRUPO DE PESQUISA INTER-AÇÃO:

Nesta parte serão relatadas algumas informações acerca do Grupo Inter-Ação, assim como as atividades que vem desenvolvendo junto ao Parque Científico

e Tecnológico para Inclusão Social: rede de pesquisa, extensão e inovação tecnológica da Universidade Federal do Amazonas.

O Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação (Diretório 5.0 – CNPq), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), criado em 01/2001. O Grupo desenvolve consultorias, projetos de pesquisa e extensão, objetivando elaborar estudos sobre a dinâmica das populações na região e as possibilidades de transferência tecnológica com a finalidade de produzir tecnologias sociais e apropriadas, de modo a fornecer subsídios para as políticas públicas na área socioambiental, política, cultural, econômica e tecnológica, voltadas para a realidade amazônica, por meio de um processo socioeducativo e participativo que abrange ações afirmativas de cidadania.

Neste sentido, o Grupo vem realizando diversas atividades de pesquisa, no primeiro momento visando à identificação da realidade socioeconômica, cultural, política das diversas formas de organização social dos grupos, associações, cooperativas, grupos de mulheres, clubes de mãe na cidade de Manaus e no interior do Estado do Amazonas, assim como trabalhando na identificação das Tecnologias Sociais desenvolvidas por estes segmentos no processo de realização das atividades produtivas.

Neste trabalho, serão apresentados dados de pesquisa acerca do acesso a bens e serviços sociais em 02 (dois) espaços de atuação do Grupo. São estes: Associação dos Catadores – Ecorecicla e Eco-Cooperativa; Associação do Produtores Rurais do Ramal do Brasileirinho.

3. METODOLOGIA

Para realizar as pesquisas o Grupo Inter-Ação adota um conjunto de métodos, técnicas e instrumentos que tomaram como referência diferentes áreas do saber científico, trabalhando na perspectiva da interdisciplinaridade. A equipe de execução do projeto utilizou como instrumental técnico a *Metodologia Inter-Ação*, fundamentada na pesquisa-ação. Esta modalidade de pesquisa de acordo com Thiollent (2004, p. 14) se constitui como *um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes*

representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

2. EXPERIÊNCIA DO GRUPO INTER-AÇÃO JUNTO A EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NA AMAZÔNIA: DADOS PARA SUBSIDIAR POLÍTICAS PÚBLICAS

As pesquisas realizadas junto as associações Ecorecicla, Eco-Cooperativas e Agricultores do Ramal do Brasileirinho sobre as condições de acesso a bens e serviços sociais, possibilitaram desvelar as condições de vida dos associados, e assim oferecer subsídios visando a promoção de políticas que atendam aspectos socioeconômicos desta população.

3.1. ASSOCIAÇÃO DO RAMAL DO BRASILEIRINHO: DADOS PARA SUBSIDIAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

A Associação de Produtores Rurais atualmente apresenta um quadro de 93 (noventa e três) associados que contribuem mensalmente com as despesas da associação. Atualmente, a associação tem parceria com ONG's, Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA) e Grupo Inter-Ação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A pesquisa de campo realizada junto aos agricultores da Associação do Ramal do Brasileirinho, indicaram que:

Estado Civil: 40% dos associados vivem em união estável, 30% são casados, 10% são solteiros 10% são separados e os demais 10% responderam outros.

Idade: constatou-se que 50% dos informantes estão na faixa etária entre 30 e 59 anos, e 40% tem acima de 60 anos. Assim, percebeu-se que um grande número de agricultores estão com idade avançada.

Naturalidade: a pesquisa identificou que 40% dos entrevistados são naturais do estado do Amazonas, 50% do estado do Pará, e 10% do Ceará, ou seja, a maior parte é de outro estado.

Escolaridade: constatou-se que todos sabem ler e escrever, sendo que somente 60% tem o ensino médio completo; 20% têm o ensino fundamental incompleto e 10% completou o ensino fundamental.

Quantidade de membros na família: identificou-se que 50% das família possuem entre 3 a 4 membros, 20% de 5 a 6 membros e 20% acima de 6 membros, 10% das famílias estudadas tem de 1 a 2 membros.

Condições de moradia: identificou-se que 50% residem em casa mista (de madeira e alvenaria), 40% em casa de alvenaria e os outros 10% moram em casa de madeira.

Previdência Social: contatou-se que 60% dos informantes não contribuem por falta de informação, de condições financeiras ou por já serem aposentados e 40% contribui atualmente. No mais, 30% dos entrevistados declarou receber algum benefício previdenciário e 70% não recebe atualmente nenhum benefício.

Assistência Social: Identificou-se com a pesquisa, que 40% dos entrevistados recebem benefícios como Bolsa Família e o BPC/LOAS indicando o grau de vulnerabilidade das famílias.

Saúde: Quando indagados como acessavam os serviços de saúde, os associados informaram que tinham muita dificuldade, em razão da ausência de postos de saúde na área do Ramal, obrigando os mesmos, a buscarem atendimento em outros locais (RELATÓRIO PCTIS, 2º Semestre de 2014).

3.2. Ecorecicla e Eco-Cooperativa: dados para subsidiar políticas públicas

A Ecorecicla é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos criada em 29 de Abril de 2007. A sede da associação localiza-se na área externa da Igreja Presbiteriana Shalom, nº11, Bairro do Mauzinho - zona sul da cidade. Na sede da Ecorecicla encontram-se aproximadamente 12 (doze) catadores, e na base de coleta do Mauzinho atuam 18 (dezoito) catadores. O objetivo principal desta Associação é desenvolver trabalhos de reciclagem, promover a melhoria socioeconômica dos(as) trabalhadores(as) e das atividades de coleta e beneficiamento de material reciclável e reaproveitável (orgânicos e inorgânicos); entre outros.

A Eco-Cooperativa é uma cooperativa de direito privado que localiza-se à Rua Grande Circular 2 - Bairro Rio Piorini, zona norte de Manaus. Atualmente, a cooperativa possui 12 catadores vinculados. A Eco-Cooperativa conta também com instituições parceiras, que através de parcerias não formais, fornecem materiais recicláveis que contribuem para o aumento da renda dos catadores vinculados a esta. Vale destacar a parceria com os catadores de material recicláveis de Manacapuru/AM, que são grandes fornecedores de garrafas PETs e plásticos.

Através dos dados de pesquisa de campo realizados junto a estas associações, foi possível identificar que:

Questão política: as mulheres têm assumido papel de liderança na luta por melhorias nas condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Faixa etária: a maioria está na idade de 40 a 60 anos, uma idade muito avançada para o trabalho e esforço usados durante o processo de catação.

Identidade sociocultural: 32% se declaram índias, seguido por um percentual de 23% pardas e 14% negras. A maioria é natural do estado do Amazonas, sendo que grande parte é oriunda do interior do Estado.

Escolaridade: foi identificado que 82% das informantes sabem ler e escrever, entretanto, 41% não conseguiram completar o Ensino Fundamental e 18% conseguiram concluir o Ensino Médio.

Número de membros nas famílias: de acordo com os dados obtidos 41% das famílias das informantes na pesquisa são constituídas de 4 a 5 membros.

Renda familiar: identificou-se que 82% das famílias não possuem renda estável e a renda mensal varia de menos de 1 s/m até 1s/m, enquanto 18 % têm sua renda orçada em 1 s/m. Estes percentuais indicam que a maior parte das famílias dessas catadoras vive em condições precárias de sobrevivência, tendo em vista que o valor correspondente ao salário mínimo (R\$ 724,00) não é o suficiente para suprir os gastos mensais da família. Apesar de a renda ser de menos de um salário essa tem variação de acordo com o comprador de materiais e da quantidade coletada.

Assistência Social: 45% das catadoras não tem acesso aos benefícios assistenciais bem como os membros de sua família onde apenas 18% tem acesso a esses serviços. Este cenário revela a dificuldade de acesso da população de baixa renda aos benefícios da Previdência Social.

Problemas de saúde: entre os principais problemas apresentados pelas catadoras pesquisadas destacam-se hipertensão, diabetes, colesterol alto, artrite, tornozelo fraturado e problemas cardíacos. Os dados da pesquisa indicam que 50% das informantes possuem algum problema de saúde, dessas apenas 8% fazem tratamentos, que nem sempre são realizados com atendimento e prescrição médica, embora 73% afirmem ter acesso à saúde ainda que precariamente.

Tempo que exercem a atividade da catação: 45% realizam há mais de 10 anos e 23% entre 2 e 4 anos (RELATÓRIO PCTIS, 2º Semestre de 2014).

4. CONCLUSÃO

O estudo sociohistórico da Amazônia permite identificar que as populações que habitam as zonas rurais, historicamente, estão a margem das políticas públicas empreendidas pelo Estado. Esta apartação culmina com o não reconhecimento desses cidadãos como sujeitos de direito.

Os estudos realizados pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia identificou que o grau de exclusão social da população que reside no Ramal do Brasileirinho é muito acentuado. A ausência e/ou precariedade de acesso a bens e serviços sociais faz parte do cotidiano de milhares de famílias, uma vez que, as instituições públicas, ou não prestam os serviços ou quando chegam a prestá-los o fazem de forma parcial, deixando essas populações desassistidas.

Na pesquisa buscou-se identificar de forma concreta as reais formas de acesso a bens e serviços sociais dos produtos rurais. Os dados apontam que em pleno século XXI, apesar de todos os direitos assegurados legalmente, a dificuldade de acesso a determinados serviços básicos como saúde e educação, faz parte da realidade de várias pessoas, tendo assim a negação de seus direitos de cidadania.

Frente a este contexto, entende-se que um grande desafio para a Amazônia é a criação de alternativas de ações públicas que possam atender as demandas socioeconômicas de forma efetiva. É fato que muitos impasses e barreiras ainda precisam ser superados, de modo a visualizar a Amazônia para além de sua riqueza natural e ser visualizada em sua totalidade. Esta região possui uma grande população que carece, urgentemente, que seus direitos sociais sejam efetivados, de modo a propiciar condições de vida digna. Partindo desta perspectiva, observa-se que são inúmeros os desafios para a concretização dos direitos sociais na Amazônia.

A competência deste trabalho, em que pese seus limites, objetivou contribuir para debate acadêmico científico assim como para oferecer subsídios para formulações de políticas públicas que atendam as necessidades destes segmentos sociais, sejam estas sociais, econômicas, políticas e culturais.

5. REFERÊNCIAS:

CHAVES, Maria do P. S. Rodrigues. Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado, 2001.

CHAVES, Maria do P. S. Rodrigues. Condições de Acessibilidade aos Bens e Serviços Sociais pelos Povos Ribeirinhos na Amazônia. Relatório Final projeto de pesquisa Bolsa Produtividade, 2014.

CHAVES, Maria do P. S. Rodrigues. Et al. *Lócus* de Atuação do Grupo Inter-Ação/ e quadro das atividades. In: Relatório Parcial 2º Semestre PCTIS/2014. Encaminhado a Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica – PROTEC, 2014.

PEREIRA, Potyara. A.P. Mudanças Estruturais, Política Social e Papel da Família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (orgs). Política Social Família e Juventude: uma questão de direitos. 4ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências Latino-Americanas da Política Social Pública no Século XXI. In: Revista Katálysis, vol. 14, nº 01, Florianópolis, 2011.